

Devo, não nego. Mas só pago com precatório

Ana Delmonte

Da equipe do **Correio**

Um grupo de empresários deve impostos ao governo local, que por sua vez acumula débitos com alguns trabalhadores. Mas nenhum deles tem dinheiro para honrar os compromissos. Na tentativa de resolver os dois problemas, o governador Cristovam Buarque assinou ontem decreto que regulamenta a negociação direta entre os devedores e os credores do Governo do Distrito Federal (GDF). E com os recursos que couberem aos cofres do GDF — 10% do valor total da dívida dos empresários, pagos em até 15 meses —, ele prometeu melhorias salariais para professores, funcionários da administração direta e distribuição de recursos para o Orçamento Participativo.

Segundo o secretário de Fazenda, Mário Tinoco, o GDF tem hoje dívidas de R\$ 400 a R\$ 600 milhões que não tem como quitar. São pagamentos já determinados pela Justiça, em muitos casos envolvendo causas trabalhistas, que se transformaram em precatórios para fazer parte da previsão orçamentária do ano seguinte. O dinheiro não veio e as dívidas se acumularam. Do mesmo tamanho está o rombo de empresários que deixaram de pagar impostos nos últimos anos.

Pelo que determina a medida, que regulamenta a Lei 52/97, os empresários inscritos em dívida ativa até 30 de novembro de 1997 poderão comprar os precatórios diretamente dos credores do governo local — ainda que com deságio — e abater o valor dos títulos do montante do débito que acumulam com a Secretaria de Fazenda.

Entre os “donos” de precatórios estão categorias como médicos e

professores, que há anos brigam com o governo local para receber as somas já determinadas pela Justiça. Para um grupo de 412 médicos, o GDF deve R\$ 339 milhões, em números atuais, que daria uma média de R\$ 716 mil para cada um deles. Mas o valor a ser negociado com os empresários será de R\$ 295 milhões, referente à atualização até julho do ano passado, data limite definida pelo decreto.

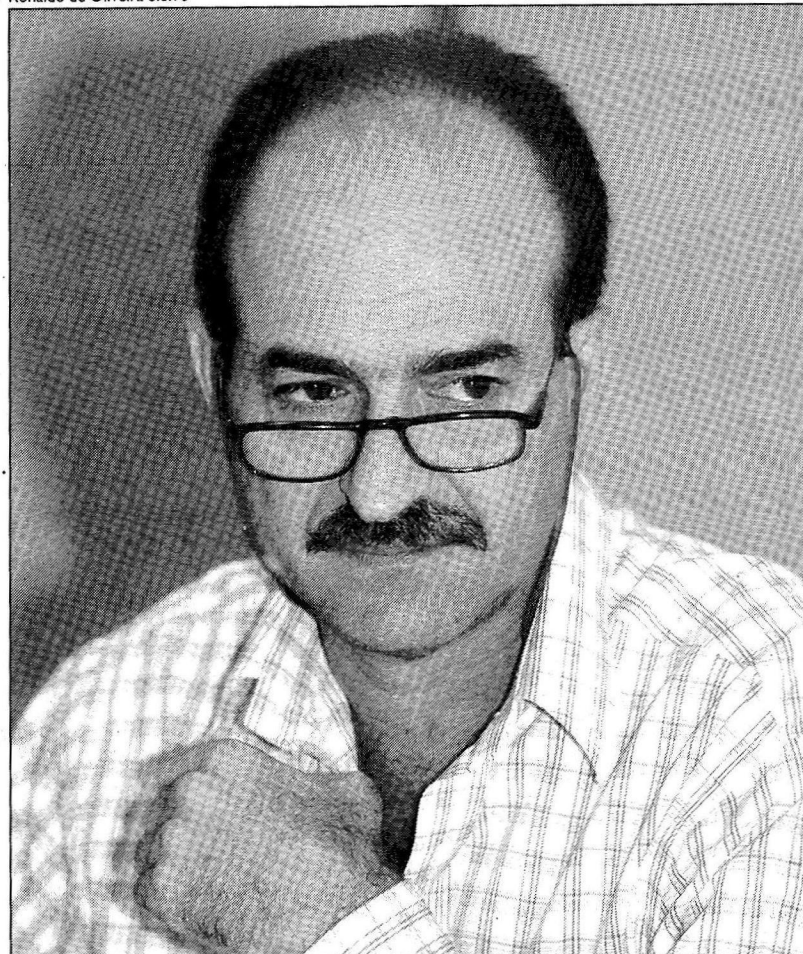
Os empresários interessados em se beneficiar pela medida têm 90 dias para se cadastrar na Secretaria da Fazenda. Apenas 10% do valor total da dívida serão pagos em dinheiro, em até 15 meses, desde que a prestação não seja inferior a R\$ 226,46. O restante da dívida poderá ser amortizado com os precatórios, em até 60 meses, com prestações do mesmo valor que o parcelamento em espécie.

“Vamos por todo mundo na ilegalidade”, comemora o governador Cristovam Buarque. “Como já cansamos de negociar com o governo, está pode ser a única forma de receber um pouco do que nos cabe”, rebate o diretor-financeiro do Sindicato dos Médicos, Mário Cinelli, um dos credores do GDF.

Ele calcula que os empresários não pagarão aos trabalhadores mais do que 30% dos valores dos precatórios: “Alguns desses títulos já foram vendidos com deságios de 70%”, afirma. Mas os valores a serem abatidos da dívida ativa dos empresários serão integrais, independentemente de quanto tenha sido pago aos trabalhadores. O governo não interferirá na negociação entre o empresário e trabalhadores, que terão como garantia de pagamento os contratos comerciais firmados entre as partes.

“Temos empresários que só assim conseguirão pagar o que devem.

Ronaldo de Oliveira 8.8.96



Mário Cinelli, do Sindicato dos Médicos: única forma de não levar calote

Muitos acumulam multas de 200%”, justifica o presidente da Federação do Comércio, Sérgio Koffes. E o que é encarado como a salvação para o setor empresarial, é visto com ressalvas para o presidente da Central Única dos Trabalhadores, José Zungá: “Deságios de 70% são um assalto à luz do dia”.

Se o decreto funcionar, os servidores receberão menos do que teriam direito, mas se livrarão de títulos que talvez nunca se transfor-

massem em dinheiro se dependesse do governo. Os empresários pagarão menos pelos impostos, mas terão capacidade de investimentos. E governador Cristovam Buarque — que livrará o GDF de dívidas às custas de uma arrecadação menor — foi quem ganhou primeiro. Antes mesmo da medida sair do papel e do dinheiro chegar aos cofres, afagou os servidores da administração direta e os professores com a promessa de aumentos.

Só El Niño pode explicar a crise

Greve de servidores, restrições à propaganda política impostas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), reduções nos adiantamentos dos repasses do governo federal para custeio dos servidores pagos pela União e até o mosquito da dengue entraram na composição do fenômeno que o governador Cristovam Buarque batizou de “El Niño político”.

“Vejo de maneira suspeita esses acontecimentos todos em ano eleitoral”, afirmou o governador ontem durante a cerimônia de assinatura do decreto que regulamentou a Lei 52/97. Ele acusou a oposição de estar insuflando os movimentos grevistas.

Enquanto Cristovam prometia reajustes a servidores públicos no Salão Nobre do Palácio do Buriti, a poucos metros dali, no estádio Mané Garrincha, os professores decidiam em assembléia dar continuidade à paralisação que já se estende por 14 dias. E sem possibilidades de um desfecho próximo, na avaliação de integrantes do governo.

O “El Niño político” de Cristovam começa a ganhar temperatura na Esplanada dos Ministérios. Segundo ele, o governo federal tem reduzido mês a mês o adiantamento do repasse para custeio dos servidores da saúde, educação e segurança sob a argumentação de que o governo local não tem cumprido os itens estabelecidos no protocolo de intenções assinado em outubro do ano passado. (AD)